



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Necessidade de pagar uma taxa adicional para aumentar o fornecimento de energia eléctrica

Há dias, na sessão de interpelação oral, quando questionados sobre o fornecimento de energia eléctrica, os membros do Governo salientaram que, com a construção de mais postos de transformação, o fornecimento de energia eléctrica nas diversas zonas já não é tão limitado como dantes. Se houver edifícios que necessitem de mais energia eléctrica e que, por exemplo, solicitem contadores mais potentes, estes podem ser instalados, mas há que pagar mais. De facto, isto é natural, aumenta o consumo de electricidade, aumentam as despesas. Porque é que os dirigentes salientaram, especialmente, que há que suportar encargos adicionais? Quanto é que vai pagar-se? Os membros do Governo não disseram.

O referido aumento de encargos significa que quando um edifício necessita de aumentar o fornecimento de electricidade através do reforço dos contadores, tem de o solicitar à CEM, e esta exige o pagamento de dezenas de milhares, centenas de milhares ou mesmo milhões de patacas de encargos com os respectivos cabos, com o argumento de que não existem cabos maiores no local onde se encontra o edifício. Afinal, as despesas extraordinárias referidas pelos dirigentes não dizem respeito à energia eléctrica, mas sim aos cabos eléctricos. No entanto, podemos imaginar que, para aumentar o fornecimento de energia eléctrica num edifício, são necessários milhões de patacas para a ligação dos cabos eléctricos. Mesmo que seja elevado o número de pequenos proprietários, não é fácil chegar a um consenso sobre o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

pagamento de um milhão de despesas com cabos eléctricos. Por isso, não há notícias de instalação de contadores para aumento da potência eléctrica, para satisfazer as necessidades diárias decorrentes da utilização de electrodomésticos.

Logicamente, a rede de abastecimento de energia eléctrica é a base do negócio da CEM, e a sua responsabilidade é fazer chegar a electricidade às famílias. É certo que em alguns locais mais remotos a rede não é suficiente para satisfazer as necessidades reais, por isso, é necessário instalar, o mais rapidamente possível, cabos eléctricos para satisfazer as necessidades dos utentes, e é compreensível que surjam situações em que tenham de ser os utentes a suportar as despesas com a instalação desses cabos. No entanto, para os edifícios que não se encontram em situação de emergência e que estão localizados em ruas grandes, os utilizadores são frequentemente obrigados a suportar os custos da instalação dos cabos, o que significa que o Governo pretende favorecer a empresa concessionária, pois, assim, acabam por ser os utilizadores a pagar os cabos para a concessionária construir a rede de abastecimento.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A rede de abastecimento de energia eléctrica é a base do negócio da empresa de electricidade e a sua responsabilidade é fazer chegar a electricidade às famílias. Os residentes que pedem o aumento da capacidade do contador têm de suportar as despesas com a instalação dos cabos eléctricos. Porquê? Isto não tem a ver com legalidade, se a lei permite ou não, mas sim com a questão de a concessionária assumir, ou não, as devidas responsabilidades no exercício da sua actividade.
2. A política de energia do Governo da RAEM incentiva a poupança de energia



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e a utilização de energias limpas. No contexto actual de Macau, a energia mais limpa que existe é a electricidade, e é assim que o Governo incentiva, com isenções fiscais, a utilização de veículos eléctricos. Ao mesmo tempo, atendendo ao aumento da procura de energia eléctrica em Macau, o Governo disponibilizou terrenos à CEM para a construção de postos de transformação, mas não exortou a concessionária a reforçar a construção da rede de abastecimento de energia eléctrica, por forma a assegurar que a mesma abrangesse todas as zonas de Macau, especialmente as zonas antigas, no sentido de apoiar os clientes que precisam de mais energia eléctrica. Porquê?

3. O Governo entende que o aumento do fornecimento de energia eléctrica a pedido dos utentes só deve ocorrer em situações especiais, por exemplo, em situações de emergência, em zonas remotas e nas ruas estreitas dos bairros antigos. Então, há que abandonar a prática actual, ou seja, só quando faltam, de facto, cabos eléctricos suficientes, é que o Governo deve aplicar a lei e cobrar aos utentes as despesas com a instalação desses cabos. Vai fazê-lo? A CEM deve empenhar-se na construção da rede de abastecimento de energia eléctrica, a fim de assumir a sua responsabilidade de assegurar o fornecimento de electricidade às famílias. O Governo concorda?

13 de Agosto de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Au Kam San